

C O U S A S   P A S S A D A S



### Cousas passadas (\*)

Depois do terremoto do 1.º de Novembro de 1755, que causou em Lisboa as suas principais avarias no vale da *Cidade Baixa*, e nas suas encostas oriental e ocidental, foi esta parte do povoado completamente remodelada na sua reconstrução, e a cidade começou a dilatar-se principalmente para o poente, e para o norte.

Para além do Palácio da Inquisição, que ficava situado ao norte do Rossio, pouco distante do sítio onde é hoje o Teatro Nacional Almeida Garrett, no vale ocupado pela Avenida da Liberdade e até à Penitenciária, eram tudo hortas e terrenos de lavoura, pertenças de particulares e de ordens religiosas.

As comunicações entre as duas encostas deste vale, até ao sítio da Rua das Pretas, faziam-se apenas por três ruas, ou caminhos por entre as hortas, e isso bastava para as relações comerciais e sociais doutros tempos.

A primeira rua, ou caminho em cotovelos, ligava a Calçada da Glória com a Rua dos Condes; nesta ficava, do lado do norte, a Casa da Ópera, antepassada do nosso extinto teatro da Rua dos Condes, a cadeia do Tronco, de que permanece vestígio num pátio que tem entrada pelo n.º 135 da Rua Eugénio dos Santos, e ainda o palácio dos Condes da Ericeira, com frente para esta última rua e entrada principal no local do nosso

(\*) Publicado em *Olisipo*, Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa», Ano I, n.º 1, Janeiro, 1938.

Largo da Anunciada. Do lado sul da Rua dos Condes levantava-se o palácio dos Condes de Castel-Melhor, cujo proprietário, com o do Palácio Ericeira, deu o nome à Rua dos Condes.

O segundo caminho do vale era o seguimento da nossa Travessa da Glória, que, depois de atravessar as hortas, ia incidir normalmente na estrada ou Rua do Salitre, a qual desse ponto continuava até ao sítio do Largo da Anunciada, onde se inseria na Rua das Portas de Santo Antão, (hoje Rua Eugénio dos Santos).

A terceira comunicação entre as duas encostas do vale ficava em frente da Rua das Pretas, que já existia, e ligava-se a poente com o largo ou Praça do Suplício, onde esteve a forca, e que hoje se denomina Praça da Alegria; ao norte confinava este caminho com a horta dos frades da Cartuxa de Laveiras, onde se construíram as casas que fechavam pelo norte a Praça da Alegria de Baixo, demolidas quando se iniciaram as obras da Avenida da Liberdade.

Dáí para cima, o vale, já muito espreado, era atravessado diagonalmente pela rua ou estrada do Salitre, que começava no sítio do Largo da Anunciada, e ia terminar, como hoje, no Largo do Rato (Praça do Brasil).

Dela saíam a Travessa das Vacas e a Rua da Horta da Cera, estabelecendo comunicação, a primeira com a Praça da Alegria e a segunda com a Rua de S. José, e ainda outras ruas e travessas, quase todas desaparecidas.

Em 1766 foi o Passeio Público, delineado pelo architecto Reinaldo Manuel, um recinto primitivamente cercado por muros de alvenaria, nos quais se abriam, de espaço a espaço, janelas gradeadas, com poiais ou assentos, como se vêem ainda em antigas quintas; esses muros foram demolidos por 1834, ficando apenas um soco de cantaria, sobre o qual se erguiam pilares distanciados, cujos intervalos eram preenchidos com gradeamento de ferro. Os da minha geração ainda se recordam destas grades, dos portões de ferro, dos três lagos e da cascata do topo

norte do passeio, e das áleas de freixos e de outras árvores, de que ainda são sobreviventes, se não me engano, as duas araucárias em frente do Cinema Condes.

Para a abertura da Avenida da Liberdade começaram as obras de remoção das grades e de demolição dos envazamentos e dos pilares, no ano de 1882. Depois rasgou-se a grande artéria que lá vemos, o que não deixou de representar um grande melhoramento para a cidade.

Os edifícios da Baixa foram reconstruídos, depois do terremoto, segundo um risco uniforme, com janelas de sacada no 1.º andar, de peito nos 2.º e 3.º, e trapeiras correspondentemente no telhado. Apenas na praça do Rossio ficaram com janelas alternadamente de sacada e de peito, o que, na opinião de Jacome Ratton, *faz com que esta praça perca huma grande parte da belleza que podia ter*. As janelas das sacadas justificavam-se pela necessidade de proporcionar maior iluminação ao andar inferior das habitações.

Na cidade de Lisboa desde muitos séculos que os misteres ou ofícios se exerciam em ruas privativas, que deles recebiam os nomes; esse costume tradicional foi convertido em disposição legal, no tempo de D. João I, pela carta régia de 6 de Junho da era de 1423 (ano C. 1385), determinando-se que cada mister estivesse em sua rua. Depois do terremoto de 1755, esta providência, de incontestável vantagem para os industriais e comerciantes, pelo auxílio recíproco e mútuo entendimento, mas não menor para o público consumidor, que tinha certos os locais das especialidades de que tinha de se abastecer, foi novamente confirmada pelo decreto de 15 de Novembro de 1760, que marcava os géneros de comércio que se deviam *arrumar* nas vias públicas novamente traçadas. Porém, como a extensão da cidade aumentou então consideravelmente, tal disposição já era considerada inconveniente, pela dificuldade de fornecimentos e de abastecimentos nos bairros mais afastados do centro comercial do povoado.

As ruas tinham passeios *utilíssimos*, segundo o Ratton, e as nossas reminiscências de criança deixam-nos ver ainda alguns desses passeios das ruas da Baixa, muito mais altos do que os actuais, talvez com uns 30 cm. de altura.

Foram de princípio guarnecidos com colonelos ou frades de pedra, que, na opinião do autor citado, não eram para louvar, não só pela despesa e extravagante configuração, mas porque ocupavam no passeio lugar tirado aos viandantes, con-vindo por isso que só existissem nas esquinas, para impedir que os carros e carruagens, ao voltar, passassem por cima dos passeios.

Estes colonelos serviam também, nessa época, para encas-tramento de varões de ferro, onde se prendiam os toldos das lojas.

Havia na cidade anterior ao terremoto várias ruas, cujas casas tinham arcadas no andar térreo, que serviam para a circulação a coberto da chuva, e para as quais abriam as portas dos estabelecimentos comerciais. Entre outras, mencionaremos o pátio da capela real, a Rua Nova dos Ferros, parte da Praça da Palha, e o lado oriental do Rossio, por baixo dos dormitórios e de outras casas do Convento de S. Domingos e do Hospital de Todos-os-Santos.

Aqui, e naturalmente nas outras arcadas, os balcões dos estabelecimentos ficavam nos vãos das portas dos mesmos, e o público comprador estacionava na galeria das arcadas, protegido do sol e da chuva. Segundo me contaram, ou li algures, depois do terremoto os balcões das lojas, ou de algumas lojas, eram também no vão das portas, ficando os compradores nos passeios, à mercê das intempéries, ou abrigados pelos toldos. Depois é que recuaram os balcões para o interior dos estabelecimentos, medida de grande utilidade para os fregueses.

Os colonelos ou frades das ruas da Baixa foram retirados 340 pelo ano de 1836 e implantados nas praças do Terreiro do Paço

e do Rossio. Desta última praça existe uma vista litográfica, do ano de 1839, hoje muito divulgada, que nos mostra os colunelos de pedra ligados uns aos outros por correntes de ferro, em todo o perímetro da placa central da praça, deixando doze entradas para o centro, Serviam assim, melhor que as posturas municipais, para impedir a passagem aí dos veículos e dos animais de carga.

No meio do século passado, de Agosto de 1848 a 31 de Dezembro de 1849 foi a praça calcetada pelos grillhetas do Castelo de S. Jorge, com empedrado de basalto e de lioz, às ondas pretas e brancas, que era uma das mais típicas curiosidades da cidade; nessa ocasião foram finalmente desterrados os frades, com as suas correntes de ferro.

Nos nossos tempos, em 1919, foi este atraente empedrado, para satisfação dos caprichos de uma vereação indiferente aos protestos da opinião pública, demolido para facilitar (!) a circulação dos veículos. Os factos vieram mostrar que o desmancho do mosaico do tabuleiro do Rossio foi obra completamente inútil, os veículos não transitam, nem devem transitar pela região central da praça, dando assim razão aos que diziam que a modificação do Rossio não devia fazer-se, ou, pelo menos, da forma tão infeliz como foi. Perdeu-se uma curiosidade citadina, tão apreciada por nacionais e, sobretudo, por estrangeiros.

Mas a sorte do malfadado Rossio não ficou por aqui. Architecturas fantasistas, destoando do tom geral e uniforme dos prédios pombalinos, vieram dar notas berrantes e destemperadas no aspecto do Rossio, que fariam morrer de tristeza o Jacome Ratton, se algum dia pudesse voltar a contemplar a praça que ele considerava tão bela!

Em 1934 abriu-se um concurso para o estudo do projecto do embelezamento das fachadas dos edificios circundantes da praça, mas esse concurso só serviu para obrigar os nossos architectos a prodígios de engenho e de fantasia, para a Câmara Municipal dispendir uns tantos contos, sem que se tenha colhido

o mínimo proveito ou resultado prático. E, como amigos de Lisboa, o que desejaríamos é que o assunto fosse tratado séria e sensatamente, sem devaneios inexequíveis, e que um dia pudessemos ver enfim o Rossio reintegrado no seu estilo pom-balino, apenas retocado e enriquecido, para lhe dar um aspecto de maior opulência e conforme com as modernas exigências da estética urbana.

A CERCA MOURA DE LISBOA  
E O ESTEIRO DA BAIXA



## A Cerca Moura de Lisboa e o Esteiro da Baixa (\*)

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Ludovico de Meneses, meu ilustre amigo.  
Lisboa, 10-11.º-1939.

Vi hoje no *Bazar* o artigo de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o meu trabalho «A Cerca Moura de Lisboa» e o «Esteiro do Tejo na Baixa». Agradeço as palavras sinceras com que V. Ex.<sup>a</sup> aprecia a minha personalidade, mas devo confessar-lhe que não nutro empenho ou interesse em sair da minha obscuridade, como escritor da nossa velha cidade de Lisboa, dando-me por satisfeito com deixar alguns apontamentos para os vindouros, que ainda deverão encontrar mais dificuldade do que eu em colhê-los.

Também agradeço as amáveis palavras sobre o meu referido trabalho, mas sobre a apreciação deste permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe apresente as seguintes considerações:

«Porta do Ferro». Não sou eu quem dá a designação primitiva de *porta de ferro*, à porta da cerca moura, que mais tarde, do princípio do século XIV em diante, foi chamada *porta do ferro*; a mesma denominação também teve a porta que existiu no sítio do actual Arco Escuro. Foi o cruzado Osberno e os livros das *Chancelarias Reais*, até ao fim do 3.º quartel do século XIII (documentos do ano 1276), que sempre lhe chamam, em latim, *porta ferrea*: isto é, *de ferro*.

(\*) Resposta inédita a um artigo publicado em «Bazar de Artes e Letras» do jornal «A Voz», de 10 de Novembro de 1939.

É natural que as outras portas da cidade tivessem tido a mesma estrutura, mas não há documento a comprová-lo; aquele cruzado alude apenas a três portas, que eram as que ficavam voltadas para o lado do acampamento dos ingleses, dos quais ele fazia parte, e que compreendiam, além daquelas duas mencionadas, também a de Alfôfa. Mas a esta última, depois de a enumerar, nunca precisou referir-se-lhe especificamente, dispensando-se portanto de a caracterizar.

A analogia entre *porta do ferro* e *rua do Ouro* é que não me parece decisiva, porque se a porta podia ser *de ferro*, a rua é que nunca podia ser *de ouro*.

Eu admito (pág. 93), que a denominação do Ferro fosse devida, possivelmente, de certa época em diante, à circunstância de ficarem perto dela as *ferrarias*. É, porém, uma simples conjectura, que estou certo de que V. Ex.<sup>a</sup>, nem eu, não será capaz de confirmar ou de destruir.

Sobre a *Ferraria* da Ribeira escrevi eu um longo capítulo documentado, no meu trabalho «As Muralhas da Ribeira de Lisboa», 1900, pág. 73. Tanto Freire de Oliveira como o Visconde de Castilho, ignoravam quase tudo o que se referia a esta Ferraria, além de que o último tinha noções erradas a tal respeito. Assim o local para onde foram transferidas as ferrarias por D. Manuel em 1509, além da porta da Oura, era no sítio dos estabelecimentos fabris do nosso Arsenal da Marinha, e não entre a Ribeira Nova e a Moeda. Não me consta que tenha havido ferrarias na Ribeira Nova, e a denominação *Remolares* não tem relação alguma com o ofício de ferreiro, pois designa *fabricantes de remos*, como é sabido.

UM CLÁSSICO DA HISTÓRIA DE LISBOA



## Um clássico da história de Lisboa (\*)

Volvidas poucas décadas depois de descoberta a arte tipográfica começaram os povos a utilizá-la para darem a conhecer mutuamente os seus costumes e as belezas dos seus países, estimulando assim a sua amizade e estreitando as suas relações comerciais e sociais.

Portugal acompanhou esta evolução mundial, e pelo que respeita à cidade de Lisboa, logo nos meados do século XVI, em 1554, publicou Damião de Góis, em latim, como era corrente, a sua *Urbis Olisiponis descriptio*, na qual dá uma breve descrição da cidade, a par de muitas notícias da história de Portugal, e de viagens e conquistas dos nossos navegadores, e dos heróis que até à sua época tanto contribuíram para o lustre do nome português.

Pelo mesmo tempo dois portugueses, apaixonados pelas coisas relativas à cidade de Lisboa, fizeram também, incidentalmente descrições resumidas do que nela encontravam de curioso e interessante. Um deles, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, chegou a tornar conhecida a sua obra por meio da impressão; é esta o *Summário*, que constitui o objecto do presente livro. O outro, João Brandão, conquanto presumivelmente destinasse o seu trabalho a ser publicado, deixou-o manuscrito,

(\*) Prefácio ao *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas (assim eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, Lisboa, 1938.

confiado porventura à guarda dos monges de Alcobaça, ou por estes adquirido; faz parte actualmente da colecção dos preciosos manuscritos da Biblioteca Nacional, onde tem o n.º 679 no *Fundo Geral*. Em 1923, por diligência dos doutos académicos, já falecidos, Anselmo Braancamp Freire e José Joaquim Gomes de Brito, dele se fez uma edição impressa, em *separata* do *Arquivo Histórico Português*, que infelizmente constou apenas de um reduzidíssimo número de exemplares.

No mesmo século XVI foi impresso em Macau, em 1590, um livro em que se faz a narração da *Primeira Embaixada do Japão à Europa*, em 1584, pelo padre Duarte de Sande, e na qual se dá uma notícia bastante desenvolvida da nossa capital. Essa descrição foi extratada e traduzida por António José de Figueiredo, para o *Archivo Pitoresco*, vol. VI, 1863, pág. 78.

Para o conhecimento da topografia, da vida e da sociedade de Lisboa na 2.ª metade do século XVI, além das crónicas contemporâneas, e dos documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, há vários códices muito interessantes no Arquivo da Câmara de Lisboa, que não lograram, até hoje, ser impressos. De entre eles mencionaremos os dois seguintes:

a) *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lix.ª fez a el-Rei Nosso S.ºr, o ano de 1565*; os lançamentos são desse ano.

b) *Tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa, collegidas e relatadas por Licenciado Luiz Lourenço juiz do dito tombo por provisão delRey N. Snr, de 8 de Junho de 1573*, continuado por *Ruy Gago*, genro do primeiro, que também o não concluiu, *por a obra ser grande e de muito trabalho*, para o que foi nomeado por nova provisão, de 1 de Outubro de 1596, *Pedro Monteiro*, cidadão de Lisboa. São 3 grossos volumes in-fólio.

No estrangeiro, e especialmente na Alemanha e na Holanda, publicavam-se em latim e noutras línguas, descrições resumidas de Lisboa, em obras onde se tratava de várias cidades do mundo, contribuindo também para tornar conhecida e apreciada esta cidade do extremo ocidental da Europa.

O autor que tem a primazia é Jorge Braunio, colonense (de *Colonia Agrippina*) que escreveu a sua monumental obra em latim (publicada também em alemão e em francês) com a descrição das cidades do mundo, em 6 volumes, publicados de 1572 a 1618, tendo sido alguns volumes reimpressos em várias datas. Uma descrição de Lisboa, acompanhada da vista panorâmica da cidade, e da margem norte do Tejo desde esta cidade até Cascais, encontra-se no 1.º volume, que tem por título *Civitates Urbis Terrarum — Liber Primus — Georgius Bravn Agrippinensis*, na edição de 1572. Outra descrição mais extensa, acompanhada duma vista panorâmica tirada dum ponto de vista elevado sobre o Tejo, está no 5.º volume, cujo título é *Urbium Præcipuarum Mundi Theatrum Quintum — Auctore Georgio Braunio Agrippinate*, na edição de 1593 (?).

Ambas estas descrições são inspiradas na obra citada de Damião de Góis.

Um outro autor alemão, Sebastian Münster, escreveu, no meado do século XVI, um trabalho sobre muitas cidades do mundo, com o título: *Cosmographie, das ist Beschreibung aller Länder, Herrschafften und fürnemesten Stetten des grantzen Endbodens*. Teve muitas edições, em alemão, em latim e em francês, desde o ano de 1544 até 1628. Ignoramos se desde a primeira incluía descrição de Lisboa, mas assim é provável pois figura na de 1592, que nós conhecemos.

Vários escritores estrangeiros, nas narrativas das suas viagens que a Portugal ou à corte fizeram na 2.ª metade do século XVI, deixaram-nos notícias descritivas de Lisboa, que muito têm contribuído para o conhecimento da capital e da vida cidadina naquelas remotas eras. De entre elas citaremos as seguintes:

a) *Impressões da viagem a Portugal de João Baptista Venturino*, do séquito do Cardeal Alexandrino, em 1571. Extraído por Alexandre Herculano do códice n.º 1.607 da Biblioteca do Vaticano, e publicado em *O Panorama*, achando-se a parte que se refere a Lisboa no vol. I da 2.ª série, 1842, págs. 211 e 346.

b) *Viagem a Portugal dos Cavalleiros Trom e Lippomani*, 1580. Foi também extraída por Alexandre Herculano de um livro manuscrito, e publicado no mesmo semanário literário, no vol. II da 2.<sup>a</sup> série, 1843, págs. 82 e 98.

c) *Lettere di Filippo Sassetti*, 1570 a 1588. Nas cartas XLV a XLVII faz algumas referências a coisas de Lisboa — (Edição da casa Sonzogno, de Milão, s/d).

\*

O livro de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, conhecido geralmente pela primeira palavra, *Summario*, do seu longo título, foi editado por Germão Galharde, sem data. O motivo da publicação foi, como a outras obras tem sucedido, o empenho de o autor tornar úteis a muitos, os apontamentos e informações que tanto lhe haviam custado a coligir e coordenar. É o próprio Cristóvão que o declara no prólogo do seu livro: *determeney fazello emprimir para que assi podesse ser mais comum a todos que o quisessem ver*.

O Arcebispo D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, do Conselho de El-Rei D. Manuel e seu Capelão-mór, que teve a boa lembrança de mandar ao seu guarda-roupa, que colhesse as informações sobre as coisas eclesiásticas e seculares da cidade de Lisboa no meado do século XVI, governou o Arcebispado de Lisboa desde 8 de Novembro de 1540, até 7 de Janeiro de 1564, em que faleceu.

É impossível hoje averiguar a veracidade do facto, mas João Baptista de Castro, no seu *Mappa de Portugal* (1), dá a suspeitar que teria sido o próprio arcebispo o colector do material para o *Summario*, e nesse caso o Cristóvão R. de Oliveira teria apenas desempenhado um papel muito secundário, porventura o de tratar das questões materiais referentes à impressão e à

apresentação do livro no mercado, ou o de emprestar simplesmente o seu nome, para que a responsabilidade dos erros ou imperfeições do trabalho não fosse assacada a uma pessoa de tão elevada categoria social.

\*

O livro de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, além da importância que possui para nos mostrar aspectos da vida cidadina nos meados do século XVI, é um dos primeiros ensaios estatísticos que se fizeram entre nós, abrangendo não só a modalidade demográfica, como os aspectos industrial, comercial, religioso e de beneficência da cidade de Lisboa. É claro que os elementos fornecidos são muito deficientes, mas revelam da parte de quem os colheu ou mandou colher, um golpe de vista de grande alcance, para o seu tempo, e uma iniciativa muito arrojada.

Até então apenas se haviam elaborado estatísticas da população, algumas delas sob o ponto de vista de recrutamento para a guerra. Fez-se em 1527 o recenseamento geral da população do reino, mas extraviou-se, infelizmente, ou ignora-se onde se acha, a secção que respeitava à cidade de Lisboa.

Da mesma época do *Summario* foi feito por João Brandão um outro trabalho estatístico não menos interessante do que o de R. de Oliveira, que se acha publicado, e ao qual já acima nos referimos.

\*

A falta de menção da data da impressão no frontespício ou no fecho do livro tem feito com que se atribua a edição ao ano de 1551; esta versão fundamenta-se nas palavras do prólogo do livro que dizem: *Mandou a mim Christouão rodrigues doliueira seu Guarda roupa (do Arcebispo) no ano do nascimento de nosso senhor Iesu Cristo de 1551, annos...*; mas, em boa verdade, deve inferir-se deste discurso que a data referida é apenas a da incumbência do trabalho.

Do próprio texto se infere que a impressão da obra é posterior àquele ano.

Andando o autor a recolher os apontamentos que solicitara, recebeu no ano seguinte, dos dirigentes da Misericórdia, a informação: *E o anno de quinhentos e cincoenta e dous recebeo mais de sessenta mil cruzados.*

Ainda mesmo supondo que as restantes informações viessem simultâneamente ao seu poder, considerando o seu volume, a diversa e variada procedência, o tempo necessário para as pôr em ordem, e o que devia tomar a redacção do que no livro se pode presumir que seja da própria pena do autor, e acrescentando a tudo o período consagrado à impressão e revisão do livro, pode assentar-se que nesses trabalhos se deveriam ter consumido alguns anos.

No fim da taboada das erratas do *Summario* diz o provável livreiro-editor Gil Marinho: *Acharssea em casa de Gil marinho Livreiro do Infante dom Luís, no terreiro do Paço onde sua. A. mora.* Ora o Infante D. Luís morreu em Marvila, a 27 de Novembro de 1555. Deverá pois concluir-se que o livro foi impresso ou acabado de imprimir na segunda metade do ano de 1554, ou *mais provavelmente* durante o ano de 1555.

\*

O nosso amigo Ernesto Soares, pelo exame e confronto das gravuras que ornamentam as portadas de várias obras saídas da oficina de Gusmão Galharde, desde 1548 até 1572, pôde fixar em fins de 1554 a data mínima da 1.<sup>a</sup> edição do *Summario*.

A gravura em madeira, ou xilogravura, que enquadra no frontespício o título do *Summario* é a mesma da portada da primeira edição de *Os Lusíadas*, de 1572, com o pelicano voltado para a esquerda.

Era primitivamente esta gravura formada por uma peça única, como atestam as ligações perfeitas das volutas à arquitrave, e do plinto dos socos ao embasamento, na impressão da

*REgra & statutos: da Ordem de Santiago* em 1548; pouco depois foi modificada, dividindo-se em quatro partes: embasamento, duas colunas e entablamento, e assim foi usada até à sua última aplicação conhecida, em 1572.

Desta forma aparece nas obras:

a) *Este liuro he do começo da historea de nossa redêçam...*; impresso em 1552;

b) *Doutrina christãa*; em 1 de Janeiro de 1554;

c) *Tratado de la vida loores y excelencias...*; em 9 de Agosto de 1554;

d) *Primera parte de las sentencias que hasta nuestros tiempos...*; em 13 de Novembro de 1554.

Mas no intervalo da impressão da 3.<sup>a</sup> para a 4.<sup>a</sup> obra houve grande modificação no desenho, pela ablação dos troféus aos lados das colunas, subsistindo porém vestígios das hastes das lanças nos fustes das colunas.

Esta supressão nota-se na portada do *Summario*, o que coloca a sua impressão em data posterior a 13 de Novembro de 1554, e não anterior, pois que tendo Germão Galharde dado a lume nesse ano sete obras (conhecidas) é quase impossível que no intervalo de 9 de Agosto (*Tratado de la vida loores y excelencias...*) até 13 de Novembro (*Primera parte de las sentencias*), em que mais imprimiu:

*Constituiçoens do Bispaço do Algarve*, em 27 de Agosto;

*Coronica do Condeestabre de Portugal...*, em 30 de Outubro; ele tivesse ocasião de compor e imprimir ainda o *Summario*.

Pôde por esta forma fixar-se a data presumível mais remota da impressão do *Summario*, mas considerações da mesma natureza, exame e confronto das portadas de obras posteriores ao ano referido de 1554, que não apresentam vestígios ou sinais perceptíveis de qualquer alteração da gravura, não permitem fixar-lhe o limite mais recente.

A data de 1551 que aparece num exemplar que pertenceu ao ilustre bibliófilo e arqueólogo Gomes de Brito, exemplar há alguns anos vendido em leilão, é manuscrita, e a sua inserção na coroa de louros do embasamento também muito contribuiu para se espalhar a noção falsa da data da edição (2).

\*

Ignoramos qual a importância numérica da tiragem da 1.ª edição do *Summario*; mas o que é certo é que dois séculos mais tarde já eram muito raros os exemplares daquela obra, o que levou Manuel da Conceição, *mercador de livros na rua direita do Loreto*, a imprimir em 1755, antes da catástrofe do 1.º de Novembro, uma segunda edição, adicionando-lhe:

a) Um *Supplemento*, que compreendia o estado presente (de 1755) de Lisboa; págs. 135 a 150;

b) Uma *Carta* do Padre D. Tomás Caetano de Bem, acerca de uns monumentos romanos descobertos no sítio das Pedras Negras; págs. 153 a 176;

c) Uma *Carta aos socios do Journal Estrangeiro de Pariz*, em que se dá notícia breve dos literatos mais famosos existentes em Lisboa, pelo senhor Miguel Tiberio Pedagache, mas que outros atribuem ao mesmo D. Tomás Caetano de Bem, págs. 177 a 199. Esta *Carta* falta nalguns exemplares (3).

(2) Informações extraídas de uma carta escrita ao signatário pelo seu apreciável amigo e confrade Ernesto Rodrigues Soares, em 4 de Dezembro de 1926, e de um artigo do mesmo publicado na revista *Livros*, n.º 6, de Setembro e Outubro de 1925. Para este amigo vão os protestos do nosso reconhecimento e gratidão.

(3) *Diccionario Bibliographico Portuguez*, por Inocêncio Francisco da Silva, tomo II, 1859, págs. 73 e tomo VI, pág. 249.

Numa nota manuscrita existente no exemplar do *Summario* pertencente ao sr. Paulo B. Ferreira, diz-se que a referida carta foi proibida pelo Desembargo do Paço, tendo o seu autor sido condenado a levar uma dúzia de palmatoadas dadas pelo porteiro, o que não teve efeito por terem acordado em que o autor era louco. Se isto é verdade, poderá explicar-se assim o motivo da falta da carta em muitos exemplares da 2.ª edição do *Summário*.

Diz Inocêncio que, segundo a bem fundada opinião de alguns, os aditamentos às notícias de Lisboa foram escritas por D. José Barbosa.

Parece que o terremoto do 1.º de Novembro de 1755, deruindo e fazendo incendiar muitas casas de Lisboa, em cujas bibliotecas existiam exemplares da 1.ª edição, contribuiu para tornar ainda mais raros os exemplares daquela obra; o mesmo parece ter sucedido à livraria de Manuel da Conceição, do que resultou, tendo sido consumidos pelo fogo os exemplares que ainda se conservavam em depósito, escaparem apenas os vendidos até àquela catástrofe, e que não ficaram destruídos nas bibliotecas particulares. Apontam-se hoje os possuidores dos poucos exemplares destas duas edições.

Ambas as edições são in-4.º. A de 1554 ou 55 (?) tem frontespício, de que damos um *fac-simile* em simile-gravura, 48 fls. numeradas só pela frente, e 1 de *erros de empresam*; termina com a declaração do local de venda, na última página.

A edição de 1755 tem frontespício, de que também damos uma reprodução fac-similada, 6 págs. não numeradas de *dedicatória* a Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado de D. José, 2 págs. não numeradas de *Prólogo ao leitor*, 2 págs. não numeradas de *Licenças*, e 199 págs. numeradas, até ao fim da *Carta aos sócios*.

\*

Foi o interesse e o valor dos apontamentos coligidos no *Summario*, preciosos e indispensáveis para o conhecimento da vida da nossa cidade na época do seu maior esplendor e do seu melhor conceito nas sociedades europeias, que levou o sr. dr. Valentino de Sá a publicar uma terceira edição da obra já hoje tão rara e custosa.



ALGUMAS DESCOBERTAS  
NO CASTELO DE S. JORGE



## Algumas descobertas no Castelo de S. Jorge (\*)

As descobertas no Castelo de S. Jorge motivadas pelas obras de restauro iniciadas neste ano bastantes surpresas nos têm proporcionado, e, além de assuntos novos, têm servido para modificar ou rectificar ideias que corriam, baseadas no que se podia ver ou presumir pelo que se achava patente.

Estamos crentes que, depois de concluídas as obras, os novos desenhos e a nova descrição que venham a fazer-se do Castelo, em muitos pontos divergirão do que consta da nossa monografia sobre «O Castelo de S. Jorge em Lisboa», à qual nos reportamos nas notícias que vamos dar.

Não nos propomos fazer aqui a crónica das sucessivas descobertas que no castelejo, na Praça Nova e no edifício dos quartéis se têm feito, mas deixaremos consignado que uma das mais importantes foi a da muralha da barbacã, fronteira às frentes oriental e sul do castelejo, e que em parte estava relativamente bem conservada se bem que oculta. As seteiras desta muralha, na parte que circunda a torre chamada do Observatório, têm mais de três metros de altura, como se vê na gravura, e a sua disposição para o cruzamento dos tiros das armas

(\*) Publicado em «Olisipo» n.º 10, Abril, 1940.

de arremesso naqueles remotos tempos usadas, são bastante dignas de nota, e não sabemos se em alguma outra fortificação contemporânea do Castelo se usou uma construção idêntica.

O fosso, que naturalmente ficava contíguo e pela banda de fora da barbacã, ainda não foi desentulhado senão parcialmente e numa pequena extensão, mas desde já se reconhece, pelo respaldo que apresentam para o exterior as mencionadas seteiras da barbacã, que devia ser fundo.

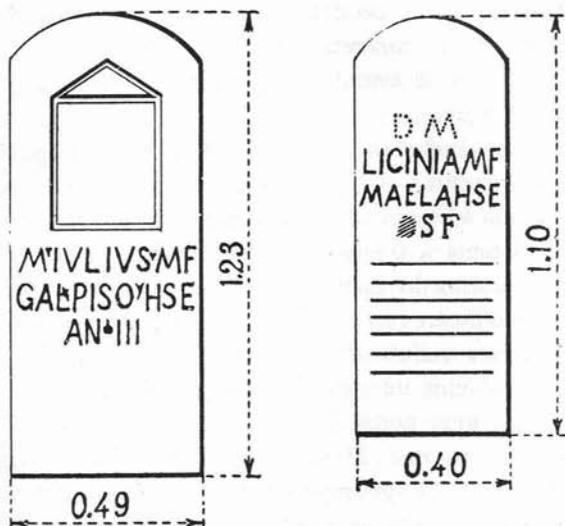
Não é da primitiva construção da torre, chamada albarrã ou de Ulisses, a poterna que a atravessava, e que presumimos que servia para a comunicação do adarve das muralhas do castelejo com o da barbacã. Acha-se agora já quase demolida, e no seu lugar, assim como no resto da torre, pôs-se a descoberto uma câmara com abóbada de cantaria, apoiando-se em dois arcos arcezoados cruzados. Possivelmente era este compartimento que no tempo dos reis da primeira dinastia servia de tesouro, de cofre para arrecadação das receitas do Estado, de que fala o nosso Fernão Lopes.

Algumas quadrelas do castelejo, que já noutros tempos haviam sido reconstruídas por motivo de derrocadas causadas por terremotos, e que estavam agora ameaçando novo desmoronamento, foi necessário reconstruí-las desde a sapata.

Durante os trabalhos de reconstrução da quadrela demolida entre as torres, e de restauro da torre, encontraram-se, como pedras de enchimento do muro, respectivamente os dois cipos romanos aqui desenhados na escala 1:20.

Os trabalhos de demolições e restauro a que se está procedendo tem atraído a curiosidade de muitos amadores de antiguidades da nossa cidade, como se reconhece pelo grande número de visitantes que todos os dias se vêem percorrendo os difíceis e pedregosos locais das obras, na expectativa de surpreenderem algum objecto novo, ou resto de muro ou de porta

Um desses curiosos, Carlos Augusto Mamede, nos seus passeios pelo Castelo, julgou poder fixar o lugar da ponte levadiça, de acesso ao castelejo, que se sabe ter existido; e parecendo perfeitamente justificadas as suas conjecturas, aconse-



lhámo-lo a escrever sobre o caso a pequena notícia que adiante segue, a que acrescentámos uma reprodução fotográfica e uma pequena planta do suposto local da ponte, e algumas informações complementares.

#### LOCALIZAÇÃO DA PONTE LEVADIÇA DO CASTELO DE S. JORGE DE LISBOA

Este assunto muito interessante, agora que bem orientadas e felizes obras de restauro se estão fazendo no histórico castelo de Lisboa, tem uma flagrante oportunidade, visto que sobre certos assuntos só hipóteses se têm formulado, baseadas na leitura e interpretação de antigos escritos.

Lisboeta cioso da sua terra e observador curioso, temos passado largas horas contemplando as venerandas pedras do castelo, tentando, com os conhecimentos adquiridos na leitura de bons livros que ao assunto se referem, arrancar àquelas mudas testemunhas de factos de quase oito séculos de nacionalidade portuguesa, a decifração de várias interrogações, até agora sem resposta concreta.

Está neste caso o assunto de que ora tratamos e a que mais alguns se prendem.

Como é inegável a existência no castelo, de uma ponte levadiça, vamos procurar identificar o local onde ela se encontraria.

Observando a planta de João Nunes Tinoco, datada de 1650, na parte referente à freguesia de Santa Cruz do Castelo e seguindo o contorno do castelejo, nota-se um facto singular e a que se refere o ilustre olisiponense eng.º Augusto Vieira da Silva, a pág. 51 do seu valiosíssimo trabalho — «O Castelo de S. Jorge em Lisboa» — «uma interrupção a meio da frente oriental e que parece indicar uma porta...».

Se repararmos que Tinoco põe apenas duas soluções de continuidade no traço que representa o referido contorno — uma na frente norte e outra na frente oriental — notamos a propósito do autor, que não entra em detalhes, mostrar apenas os dois únicos pontos por onde se podia entrar ou sair da fortaleza. Como a abertura da frente norte, pela sua especial configuração e local, não interessa para o nosso caso, resta-nos a da frente oriental, de que nos vamos ocupar, por se prestar perfeitamente ao fim que pretendemos atingir.

A demolição de duas construções, provavelmente dos fins do século XVIII, pôs a descoberto dois importantes troços da barbacã que protegia o castelejo pelos lados sul e oriental. São estes dois troços interrompidos desde a torre a que chamam de Ulisses até próximo da torre do Observatório, e foi esta interrupção atribuída à existência, naquele ponto, de qualquer obra que desse passagem para a porta que se abre na quadrela entre

Com a interpretação da planta de Tinoco e a observação dos elementos que vão surgindo no desaterro a que se está procedendo junto à barbacã, que vai sendo inteligentemente restaurada e reconstituída, podemos orientar o nosso espírito e ver o que até então era desconhecido: o local da ponte, pouco mais ou menos no sítio da interrupção do contorno do castelejo, na planta de Tinoco, e o caminho a percorrer para penetrar no interior da fortaleza, e sempre sob a protecção da forte barbacã.

Um dos pormenores que muito nos tem impressionado é uma interrogação posta a pág. 49 da já citada obra do eng.º Vieira da Silva, acerca da quadrela situada entre a torre do Observatório e a seguinte na frente oriental, e que difere de todas as outras no exagero da espessura, e que é a seguinte: «Para que serviria, porém, esta monstruosa espessura de quase cinco metros?»

Vamos nós tentar responder a essa interrogação: Era essa quadrela mais forte porque ficava exactamente na direcção da ponte levadiça, e portanto a que precisava ter um adarve mais espaçoso para conter maior número de defensores, e, ao mesmo tempo, porque sendo a primeira a sofrer os ataques do exterior, por estar situada no ponto mais vulnerável, precisava ser mais reforçada, atendendo aos meios de que se serviam os atacantes naqueles recuados tempos.

Qual a forma que a barbacã teria naquele local, onde se nota perfeitamente a presença pelo aparelho das pedras já a descoberto, de elementos que condizem com a existência de uma ponte de acesso, não a podemos supor, pelo menos por enquanto, mas aguardamos que o desaterro em prosseguimento, nos revele mais alguma coisa que venha reforçar o nosso ponto de vista.

Não devemos esquecer todavia que a barbacã, de um e outro lado da reentrância de forma rectangular, onde cremos que seria a ponte levadiça, apresenta um sistema de seteiras bastante características, e que cremos sem igual, destinadas a defender o acesso àquela entrada.

E agora mostremos então o caminho que, desta forma, conduziria da ponte levadiça à porta do castelejo, caminho este que, apesar de estreito, dá bem passagem a dois cavaleiros a par:

Transposta a ponte levadiça e franqueada a barbacã, vira-se à esquerda descendo uma curta rampa, contorna-se a torre do Observatório, bem a coberto do exterior pelo muro da barbacã, cujo paramento interior está, neste local, ainda muito bem conservado, e desemboca-se num espaço assaz largo em que, subindo uma pequena rampa, se entra pela porta, bem junto à torre central da frente sul do castelejo.

Todo este caminho é òptimamente defensável, pois é completamente dominado pela situação das torres, adarves e barbacã.

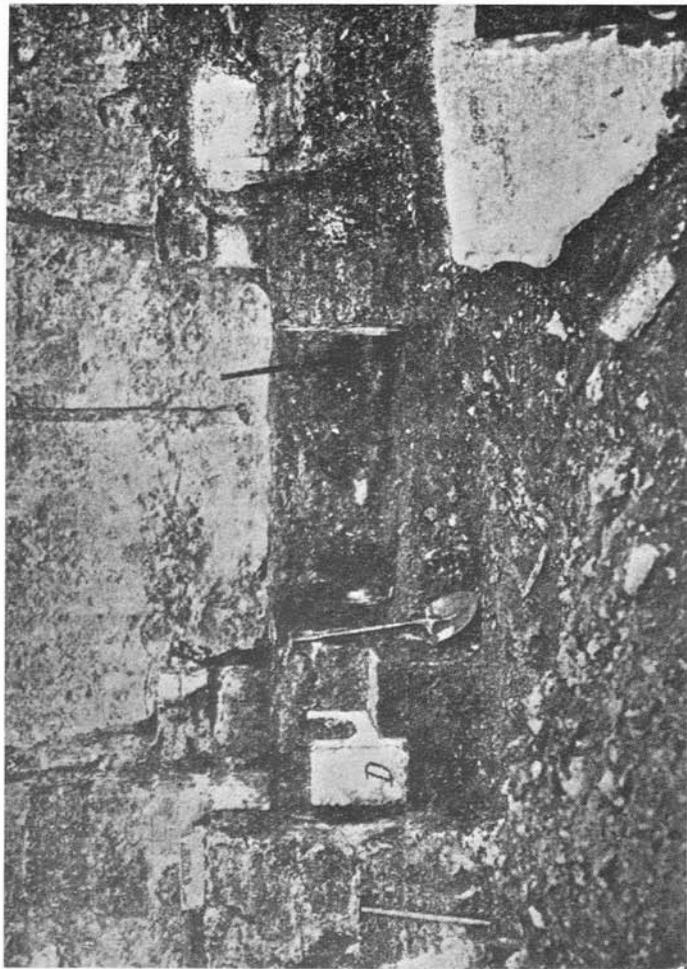
Resumindo, caso as nossas teorias se confirmem, teremos:

1.º — A ponte levadiça do Castelo de S. Jorge estaria localizada a meio da frente oriental do castelejo, e no local indicado na planta de Tinoco.

2.º — A forte barbacã que protege o castelejo pelas frentes sul e oriental seria contínua desde a torre SW ou de Menagem até à torre da Cisterna situada no canto NE, e próxima do ponto onde se insere a muralha da cerca da Praça Nova.

Aos distintos e eruditos investigadores olisiponenses caberá pronunciarem-se sobre esta nossa versão, que aparece escrita graças à extrema bondade do eng.º Vieira da Silva, a quem tivemos a honra de expor a nossa ideia, e que, com palavras de bondoso incitamento, nos animou a escrever este modestíssimo estudo, e a quem deixamos consignado todo o nosso reconhecimento e gratidão, pois através da leitura do seu valioso livro — «O Castelo de S. Jorge em Lisboa» — tem sido, sem o saber, o nosso verdadeiro Mestre.

Lisboa, 8 de Dezembro de 1939.



VISTA DO LOCAL DA ENTRADA DA BARBACÃ DO CASTELEJO

*C* é a caixa ainda incompletamente desentulhada, entre os muros da barbacã e da frente oriental do Castelejo

*D* é a pedra que servira de chumaceira ao eixo de madeira da ponte levadiça; a outra chumaceira estava em *D'*

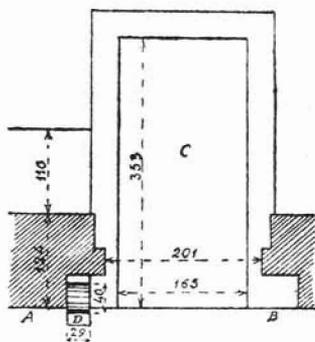
*E* é a base da chumaceira esquerda da porta

Reportemo-nos agora à planta que vai nesta página, em que as letras correspondem às da fotografia:

A linha *AB* é o traço horizontal da face exterior do muro oriental da barbacã na Praça Nova.

*C* é uma caixa no terreno, limitada por muros de alvenaria, entre a barbacã e a muralha do castelejo, que não está completamente desaterrada; só depois de concluído este trabalho é que se perceberá a sua missão na defesa da entrada do castelejo.

*D* é uma pedra de cantaria, sólidamente encastrada no muro da barbacã, tendo um cavado semi-cilíndrico, com 40 cm de diâmetro.



Evidentemente servia este cavado de chumaceira para um grosso tronco, com 2<sup>m</sup>,97 de comprimento, que seria o eixo da ponte levadiça. A chumaceira conjugada, no lado oposto, já não existe, mas conhece-se nitidamente que a parte da pedra saliente da parede foi cortada, e aparelhado a picão grosso, o paramento da parte que se conserva.

Acima da chumaceira conservada ainda se pode observar, em uma pequena extensão, a quina chanfrada da ombreira do portão de entrada, que devia ter 2<sup>m</sup> de largura, terminando esse chanfro por um pequeno ornato.

Aguardaremos a continuação dos desentulhos para a confirmação das precedentes suposições, e para a descoberta de novos elementos de estudo e reintegração da antiga fortaleza da nossa cidade.

Dezembro de 1939.



M A I S   D E S C O B E R T A S  
N O   C A S T E L O   D E   S .   J O R G E



## Mais descobertas no Castelo de S. Jorge (\*)

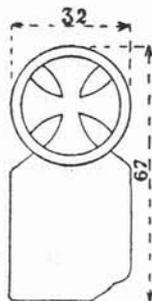
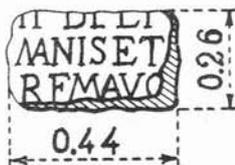
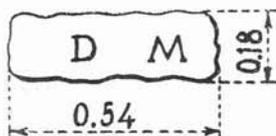
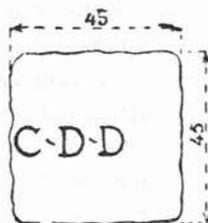
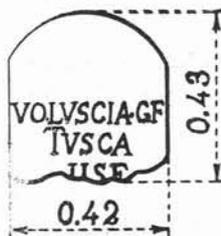
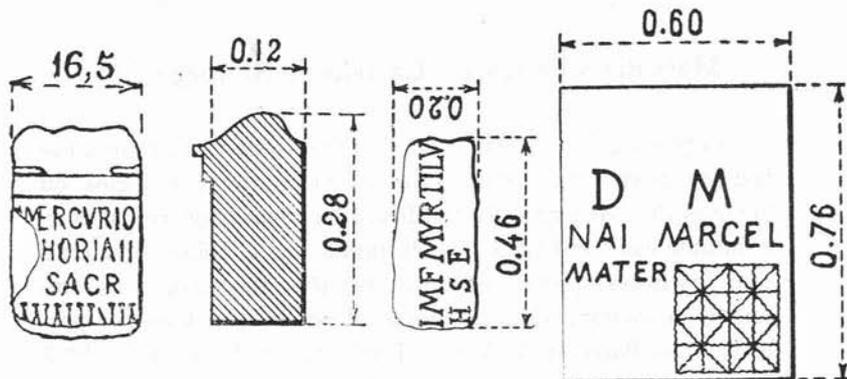
No prosseguimento das obras de restauro do Castelo foram-se fazendo novas demolições para se encontrarem vestígios ou modelos dos elementos da fortificação a reparar ou reconstruir, e durante esses trabalhos descobriram-se mais lápidas sepulcrais com inscrições, pedras lavradas, capitéis, pelouros, e as ombreiras de cantaria de uma janela geminada que devia ter pertencido ao Paço da Alcáçova. Tem esta 3<sup>m</sup> de largura e 2<sup>m</sup>,5 de altura, e os colonelos das ombreiras possuem faces semi-decagonais côncavas; um deles está horrivelmente mutilado; o outro conserva a base, e o capitel lavrado com figuras de animais.

Foram encontradas, em vários sítios do castelo, mais sete lápidas mutiladas, quase todas com inscrições ou restos de inscrições funerárias, que copiámos tão fielmente quanto possível, não ocultando que, pelo desgaste de algumas pedras, que parece terem servido de lajes de pavimentos, a leitura foi em geral bastante difícil, e mesmo em parte muito duvidosa. Desta opinião compartilhou o dr. Manuel Heleno, ilustre director do «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos», a quem pedimos o favor de nos dar o seu parecer sobre a interpretação das inscrições, pelo qual aqui lhe deixamos consignado o nosso agradecimento.

(\*) Publicado em «Olisipo», n.º 11, Julho, 1940.

Uma oitava lápida foi descoberta, que parece ter pertencido a um monumento votivo ao deus Mercúrio.

As lápidas, quase todas de mármore de Pero Pinheiro, foram encontradas durante o primeiro trimestre de 1940; as suas inscrições são as seguintes:



A colheita de inscrições romanas no Castelo mostra-se assim bastante abundante. Além destas oito, e das outras duas de que demos notícia num artigo anterior deste Boletim (pág. 37 do n.º 10), já se acham publicadas várias outras nos livros que tratam do Castelo de S. Jorge, algumas das quais existiam em pedras que foram transportadas para o mencionado Museu Etnológico, onde se conservam.

Os mármoreos não são do local; foram para ali levados das sepulturas onde se achavam colocados, e aproveitados durante uma época que se seguiu à romana, como pedras de alvenaria, no enchimento dos muros e torres do castelejo. Não se encontraram vestígios de qualquer necrópole no alto do monte do Castelo, nem consta de documentos que alguma ali tinha existido.

Este aparecimento de tão numerosas lápidas faz lembrar o que sucedeu quando, no ano 1782, foi demolido, para a reconstrução da parte arruinada da cidade de Lisboa, a porta do Ferro ou Arco de N. S.ª da Consolação, que fazia parte da cerca moura, e ficava situada no nosso largo de Santo António da Sé. Metidas nos muros, descobriram-se ali cerca de trinta lápidas com inscrições latinas, que foram levadas para a cerca do Convento de N. S.ª de Jesus (hoje sede da Academia das Ciências de Lisboa), por diligência do estudioso franciscano frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas; umas dessas pedras acompanharam-no depois para Beja, outras foram para o Museu de Évora; uma ou outra está no mencionado museu de Lisboa; mas a maior parte delas extraviou-se, e só se conhecem pelas cópias que então foram tiradas, e depois divulgadas. Nesse sítio também não houve nenhuma necrópole, e as lápidas tiveram a mesma origem e aplicação que as do Castelo.

Lamentável é a perda de tantos monumentos da civilização romana em Lisboa, consequência da nímia atenção que o público lhes prestava, a qual era apanágio só de poucas pessoas ilustradas e de larga visão, que cultivavam o amor pelas antiguidades, tanto para satisfação do seu espírito, como para legarem aos vindouros esses frutos das suas investigações e estudos.

Já em 1869 dizia o sábio epigrafista alemão E. Hübner, que de cerca de cem inscrições olisiponenses que cita no «Corpus», apenas quatro ou cinco se conservavam! É certo que de então para cá algumas novas haveria que acrescentar à sua relação, e que outras que se consideravam perdidas, foram reencontradas.

Hoje, porém, que o culto pela nossa história e tradições entrou numa fase de grande apreço e estima, não só por parte de pessoas de grande valor intelectual, mas pelas camadas populares de instrução mais rudimentar, muito seria para desejar que, desconhecendo-se o primitivo lugar onde as lápidas olisiponenses estiveram aplicadas, fossem todas concentradas num museu único, fazendo-se recolher nele, não só as lápidas que se encontram dispersas no museu do Carmo, de Évora, nos terraplenos do Castelo de S. Jorge, em muros de prédios, etc., mas também noutros restos de origem romana que se encontram aqui e ali. E para tal fim está naturalmente indicado e apropriado, além de constar de disposição legal, o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, onde já se acham guardadas e bem conservadas muitas das lápidas com inscrições da área da cidade de Lisboa, podendo-se organizar aí uma secção ou colecção interessante de epigrafia e de outras curiosidades olisiponenses da época da dominação romana.

Junho de 1940.

O C A S T E L O D E L I S B O A

TRABALHOS DE RESTAURAÇÃO  
REALIZADOS EM 1939-40



## O Castelo de Lisboa

### Trabalhos de restauração realizados em 1939-40 (\*)

Em vários sítios da extensa região que actualmente ocupa a cidade de Lisboa, colónias de povos das épocas paleolítica e neolítica fundaram núcleos de população, ou estações, que têm sido ultimamente descobertas e estudadas.

É muito provável que essas estações isoladas tenham acabado por se incorporar em uma única, no alto do monte do actual Castelo de S. Jorge, que, por ser mais central e mais defensável, veio a constituir a origem da povoação que, com o andar dos séculos, é hoje a cidade de Lisboa.

Fundar-se-ia assim presumivelmente no cume do monte do Castelo a primitiva fortificação do povoado, se bem que se não hajam encontrado nesse sítio, até ao presente, quaisquer vestígios de estações pré-históricas.

Os romanos, quando dominaram na Península, deviam ter construído, segundo o seu método defensivo das povoações, o *castrum* no alto do monte de Olisipo, e seria essa fortificação o único abrigo da população em ocasiões de guerra, pois que parece que o povoado, que se estendia pelas encostas sul e

(\*) Separata do «Boletim da Ordem dos Engenheiros» — 1940.

ocidental do monte, não era defendido ainda por uma linha contínua de muralhas e torres, ou cerca, como a que encontramos cingindo a cidade no ano 1147, quando esta, então na posse dos povos muçulmanos, foi conquistada pelo nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques.

Constituía o castelo, nessa organização defensiva, o reduto mais alto e mais forte da cerca, e era essa fortificação que os nossos velhos cronistas, e os antigos documentos, denominavam pròpriamente *castelo*, ou *Castelo de Lisboa*. Durante a dominação filipina, e ainda depois, passaram a chamar-lhe, à espanhola, *castelejo* (equivalente a pequeno castelo), e no século XIX, às edificações dentro do seu recinto, denominavam-nas *quartéis dos mouros* ou *quartéis velhos*.

Porém todo o recinto muralhado que, desde muitos séculos, constitui a freguesia de Santa Cruz do Castelo é designado, na linguagem popular, por *Castelo*, ou *Castelo de S. Jorge*, e compreende não só o *castelejo* e os outros edifícios militares, hoje meio demolidos, que pertencem ao Ministério da Guerra, mas também a parte civil da freguesia.

Tem-se sempre admitido que o *castelejo*, como parte integrante da fortificação mourisca, havia sido construído pelos mesmos povos que levantaram a última, conhecida por *cerca moura*.

Porém na sessão da Academia Portuguesa da História, de 28 de Novembro de 1940, o ilustre académico e escritor militar coronel Costa Veiga procurou demonstrar a possibilidade de o que chamamos *castelejo* ter sido obra do rei D. Afonso Henriques ou pouco posterior ao seu reinado. Baseia a sua conjectura em particularidades da construção, e especialmente em várias passagens da narrativa do cerco de Lisboa, em 1147,

a Osberno, que parece ser, bem que o nome não esteja perfeitamente decifrado, não o autor, mas o desconhecido destinatário da carta. Segundo presume aquele crítico militar, o actual *castelejo* ainda não existia no tempo da conquista cristã, e o *castelo* ou fortificação no cume do monte, de que se fala na carta, era o recinto muito mais vasto conhecido pela designação de *alcáçova*, que constitui hoje o território da freguesia de Santa Cruz do Castelo.

O erudito investigador e escritor G. de Matos Sequeira é de parecer que houve grandes obras de construção ou de reconstrução do *castelejo* no tempo de D. Fernando ou de D. João I, baseando-se no carácter de várias siglas insculpidas em pedras, especialmente na entrada principal, e na parede da escada da torre do Observatório, situada no ângulo sueste do *castelejo*.

Acrescentaremos que Fernão Lopes dá a entender que não muito tempo antes da época em que escrevia a sua *Crónica de D. Pedro* tinha havido trabalhos de construção no castelo, porque, referindo-se à torre contígua à porta principal, torre Albarrã, ou do Haver, ou de Ulisses, diz que: *não foi porém acabada* <sup>(1)</sup>.

Durante as obras de restauro últimamente realizadas pareceu notar-se que os primitivos muros desta torre foram revestidos exteriormente com um forro de grossas pedras de cantaria, que lhes aumentou a espessura, e do que resultou o chanfro e os ressaltos que apresenta o muro da torre junto à porta principal do *castelejo*, onde ele se liga com a muralha da mesma porta.

Por outro lado, o citado cronista diz-nos que D. João I, a pedido do povo, mandou deitar *em terra* o Castelo de Lisboa,

(1) *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, tomo IV, 1816, pág. 31.

o que se fez *sem outra tardança* (2). Se assim foi como nos conta o escritor, como se explica, senão por uma reconstrução posterior, não restar hoje do castelo senão o local e a sua memória?

Tudo se concilia, porém, admitindo que muitas obras novas, trabalhos de restaurações e demolições têm sido efectuados no castelo desde que Lisboa foi arrancada ao domínio muçulmano, em 1147, de tal maneira que é impossível imaginar hoje como seria a fortificação na sua origem, ou, pelo menos, numa época determinada.

Tinham os nossos reis da primeira e segunda dinastias um palácio ou paço contíguo e com alguns compartimentos dentro do próprio castelo, o paço da Alcáçova, que é possível que já fosse o sucessor do paço do alcaide ou governador da cidade na época mourisca.

Quando o rei D. Fernando mandou construir, em 1373-75, a cerca nova de Lisboa, para prevenir novo ataque dos castelhanos aos bairros dos arrabaldes da cidade, especialmente ao mais rico e povoado, situado na *Baixa*, é muito provável que tivesse mandado reparar, e mesmo reconstruir, algumas partes do castelo que já então estivessem mais desmanteladas ou arrasadas, como complemento da construção da sua cerca defensiva.

Sabe-se que houve grandes modificações no castelo na época de D. João I, que lhe mandou tirar as portas do lado da cidade (lado sul), entulhar o fosso ou cava que se rasgava à frente da barbacã, etc., com o fim de eliminar a veleidade de uma contra-revolução em que pudesse servir de ponto de apoio.

Novas obras se fizeram no tempo dos reis D. Manuel e D. João III, que se acham descritas nos livros que tratam do Castelo de S. Jorge.

(2) *Crónica de D. João I*, ed. do Arquivo Histórico Português, 1915, pág. 287.

Ignora-se quando foram construídos, no local do paço real da Alcáçova, os enormes e inestéticos edifícios dos quartéis, que nós todos conhecemos, e que actualmente estão demolidos; mas presumimos que teriam sido levantados durante o domínio felipino, para alojamento da guarnição castelhana.

Depois de adaptados a aquartelamentos, tanto os edifícios situados no interior do castelo como os exteriores, têm sofrido muitos acrescentamentos, transformações e adaptações, sendo dos mais importantes os que se efectuaram nos meados do século passado, por iniciativa e sob a direcção do general Pinheiro Furtado, governador militar da fortaleza.

Há muitos anos que se considera que os edifícios desgraçados dos quartéis do castelo constituem uma mancha desagradável no meio do casario da cidade, e em 1908, e depois em 1922, houve a pretensão de obter do Estado uma concessão para no seu local se erigir um hotel monumental, comprometendo-se os pretendentes a desobstruir e restaurar as partes do castelejo que possuísem valor histórico ou arqueológico.

Estas pretensões não tiveram seguimento, e tudo permaneceu como estava, conservando-se os quartéis até há pouco tempo ocupados com tropas da guarnição da cidade.

Porém com o ressurgimento do nacionalismo português, e com a melhor compreensão do culto do passado, e do respeito pela nossa história e tradições, chegou o momento para se fazer o restauro do castelo, restituindo-se à cidade, consertado e alegre, o seu mais antigo e venerando monumento, evocador de eras passadas e de factos ocorridos em Lisboa que se prendem com a fundação e independência da nossa nacionalidade.

Do programa das festas comemorativas dos centenários constou a representação de um auto no castelo, alusivo a um dos grandes feitos da instituição de Portugal independente, espectáculo que se realizou nas noites de 17 e 18 de Junho do ano corrente.

Durante as demolições efectuadas para se pesquisarem os vestígios das primitivas disposições construtivas têm-se encontrado construções sobrepostas, ameias entaipadas e muros crescidos sobre elas, portas semi-demolidas e obstruídas com alvenaria, etc., o que, além da falta de elementos documentais e de disposições que total e irremediavelmente desapareceram, tornou impossível fazer uma reconstrução ou restauro do castelo referido a uma época definida.

A norma adoptada nos trabalhos de restauro foi baseada no aproveitamento criterioso dos vestígios descobertos nas demolições, cuidadosa e metódicamente conduzidas, os quais serviram de modelo para as partes idênticas a restaurar ou fazer de novo.

A descrição histórica do castelo, tanto quanto se pode saber, acha-se escrita, e nós mesmos já demos uma notícia desenvolvida de como ele era antes das obras ultimamente realizadas. Vamos mencionar agora, em breve resumo, os trabalhos de restauro das muralhas, torres e portas do castelo, iniciados nos fins do ano 1939 e que ainda não estão dados como concluídos.

Ignoram-se as primitivas disposições construtivas do castelo ou as da época do domínio muçulmano, mas é de presumir que, nos seus traços gerais, fossem as mesmas que tem conservado pelos tempos adiante e que ainda hoje podemos observar.

Tem o castelo em planta a forma aproximadamente quadrada, e por um muro interior, no sentido norte-sul, é dividido em dois recintos, oriental e ocidental, onde existiam os aquartelamentos a que chamavam, como dissemos, quartéis velhos ou dos mouros, actualmente demolidos.

As muralhas formam uma linha contínua, tendo as quadrelas intercaladas torres quadradas ou rectangulares, mas apresentando, tanto umas como as outras, os paramentos verticais, e as pedras um aparelho regular e disposição segundo fiadas

Reconheceu-se que certas porções de algumas quadrelas já haviam sido reconstruídas, em épocas remotas, certamente por se haverem derrocado por efeitos de terremotos ou da acção do tempo; uma quadrela que ameaçava agora desmoronar-se foi refeita sobre o alicerce primitivo, que se pôs a descoberto. Reconstruíram-se as ameias dos adarves, nas quais se conservaram ou abriram seteiras, conforme os vestígios encontrados nalgumas.

Tem o castelo, nas suas frentes sul e oriental, que são as mais fortes, cinco torres, sendo três nos ângulos e duas a meio das faces; nas restantes frentes, que deitam para a encosta abrupta do monte, tem mais outras cinco torres.

Quatro das primeiras torres mencionadas tinham ou tiveram uma missão que as caracterizava e que originou a designação por que eram conhecidas.

Assim, a do meio da frente sul, contígua à actual porta principal do castelejo, foi, durante a primeira dinastia, chamada torre *Albarrã* ou *do Haver*, porque nela se arrecadavam os produtos dos impostos e das rendas reais. Mais tarde passaram a chamar-lhe torre de Ulisses, nome do herói grego que a lenda dizia haver sido o fundador de Lisboa e construtor do castelo.

Segundo o que consta das crónicas, foi nesta torre instalado ou criado o primeiro arquivo, tombo ou depósito das escrituras, documentos e livros de carácter oficial, do que resultou a denominação para a torre, e para aquele arquivo, de *Torre do Tombo*.

Antes das obras de restauro era a torre atravessada por uma estreita poterna, à altura de um primeiro andar, que estabelecia a comunicação única do adarve dos muros do castelejo com a parada exterior, por uma escada de acesso que ficava contígua às faces oriental e sul da mesma torre.

Durante as demolições e pesquisas para o seu restauro reconheceu-se que a torre era ôca, mas não se lhe encontrou a porta de entrada; tinha o pavimento ao nível do terreno exterior e uma cobertura de abóbada de cantaria artozoada, que se conservou e restaurou. A espessura do seu muro sul é cerca de 3<sup>m</sup>,20.

A torre do canto sudoeste do castelejo foi derrubada em parte pelo terremoto de 1755. Cremos que nessa época estava ocupada com dependências do arquivo da Torre do Tombo, cujos livros se espalharam pela encosta, até à Rua da Costa do Castelo. Antes das obras tinha em cima um reservatório de betão armado, para abastecimento de água aos organismos militares ali aquartelados.

Entre esta torre e a antecedente existiam e conservaram-se na muralha, à altura de um segundo andar, as partes inferiores dos vãos de três janelas de peitoril orientadas para o Tejo, com seus poiais de cantaria, que deviam ter pertencido ao paço real da Alcáçova, ou a qualquer sala do arquivo da Torre do Tombo. Na muralha, inferiormente às janelas, encontrou-se entaipada uma ordem de ameias, sobre a qual, em tempos, se cresceu o muro, onde se abriram novas ameias, algumas das quais se conservaram, ao nível das janelas mencionadas. Muito acertadamente se marcou a traços, no paramento do muro sul do castelejo, o contorno das primeiras ameias referidas.

Na torre do ângulo sueste do castelejo esteve até há pouco instalado o Observatório Geodésico e o respectivo pilar para observações, origem das longitudes da carta corográfica de Portugal elaborada pela extinta Comissão Geodésica do Reino.

Desde os princípios do século XIX era designada por torre do Observatório, e parece ter sido outrora a torre de menagem do castelo. Julga-se que era uma das mais altas e mais fortes, e ainda conserva quase toda a primitiva escada de pedra,

384 que do adarve das muralhas conduzia ao seu eirado.

Ao meio da frente oriental há uma torre forte e maciça, e no canto nordeste do castelejo existe uma torre chamada *da Cisterna*, por haver servido de reservatório de água. É ôca, e no eirado conserva um bocal de poço, com a sua armação de ferro para a roldana. Reconstruiu-se-lhe em cima uma casa, como devia ter tido, com entrada por uma porta ogival.

As restantes cinco torres, voltadas ao norte e ao ocidente, que deitavam para uma encosta abrupta, deviam ter sido outrora, segundo o nosso parecer, encimadas com casas nos seus eirados, e não com muros ameados como foram restauradas.

No muro divisório dos dois recintos existia e conserva-se uma porta de comunicação, que parece haver sido outrora flanqueada por uma torre, da qual se encontrou o alicerce, tendo-se reconstruído agora como se imaginou que seria primitivamente. Não há, porém, vistas da cidade em que esteja representada, nem documentos que a ela se refiram.

A frente das muralhas próprias do castelejo levantavam-se, dos lados sul e oriental, os muros de uma barbacã, com um traçado em ângulo recto e os dois troços aproximadamente de igual comprimento.

O troço que contornava a torre sueste, ou do Observatório, conservava-se quase intacto, pois que havia sido aproveitado para paredes mestras de uma casa dos quartéis. Quando se tirou o reboco descobriram-se várias seteiras entaipadas, muito altas, e com uma disposição adaptada para o tiro mergulhante no fosso, e para cruzamento dos tiros. São em número de sete, das quais seis geminadas, no troço sul, e outras sete, sendo seis geminadas, no troço oriental.

Na parte restante, desde o troço pela frente da torre do Observatório até defronte da porta principal, estava o muro da barbacã razado até ao nível do terreno; quando se escavou este descobriram-se, na parte soterrada do muro, várias ameias entaipadas, num nível muito baixo, sobre as quais se havia

crescido novo muro, onde se conheciam os começos inferiores de oito seteiras, sendo quatro geminadas, idênticas às do troço que se lhe seguia, contornando a torre referida. Foram estas seteiras reconstruídas no muro que se alteou até ao nível que se supõe ter sido o primitivo, segundo os vestígios descobertos e o modelo das altas seteiras existentes que mencionámos.

Desde a porta principal até defronte da torre do ângulo sudoeste do castelejo, o muro da barbacã estava regularmente conservado, bem que oculto, e descobriram-se nele nove seteiras, seis das quais geminadas, idênticas às da continuação do mesmo muro até à torre do Observatório.

Na frente oriental achava-se à vista todo o muro da barbacã até uma pequena altura acima do terreno. Na metade sul da sua extensão foi reconstruído, com as sete altas seteiras, a que já aludimos; seguia-se uma porta, de que trataremos, e o troço restante é formado por duas partes, a primeira com nove seteiras, das quais quatro geminadas, e a segunda, até à torre da cisterna, tinha uma cacharroada de tijolos, muito próximos, cuja aplicação foi uma incógnita; a reparação desta parte foi feita idêntica à que se lhe segue para sul.

Todo o muro da barbacã, que vai topejar nas torres dos ângulos sudoeste e nordeste do castelejo, na sua parte já restaurada, é coroado com um caminho de ronda com ameias, cujo acesso pode fazer-se por duas escadas; uma é a que já existia na frente sul, defronte da porta principal do castelejo, e a outra, em dois lanços, foi reconstruída na frente oriental.

As grandes seteiras são servidas pelo caminho de ronda que fica entre a barbacã e os muros das faces sul e oriental do castelejo ao nível do terraplano interior.

O fosso ou cava abria-se diante das frentes sul e oriental do muro da barbacã e apresentava, portanto, como este, um traçado em ângulo recto.

O fosso estava, desde há muito tempo, completamente entulhado e invisível. Sabe-se que ainda existia no ano 1383;

quando o castelo se rendeu ao Mestre de Avis, futuro D. João I; mas passado pouco tempo depois da aclamação deste rei já havia sido aterrado, certamente em parte, talvez por exigência do povo de Lisboa, para evitar qualquer tentativa dos alcaides do castelo contra a ordem estabelecida.

Um século mais tarde, em 1481, quando foi aclamado rei D. João II, parece que ainda existia parte da cava, sobre a qual passava uma ponte. O seu desaparecimento total deve ser, portanto, posterior a este ano.

Não se encontraram indícios para se inferir quais fossem a largura e a profundidade exactas do fosso.

Regularam-se por isso estas dimensões, na frente sul, pelo que restava de dois encontros e de um pilar intermédio de uma ponte com dois arcos, que se supôs que atravessaria o fosso em direcção à actual porta principal do castelejo. Não é provável que essa ponte remontasse à primeira construção da fortaleza.

Na frente oriental, que deita para a Praça Nova do castelo, deu-se ao fosso a profundidade arbitrada para o da frente sul; mas como não se descobriram indícios da largura que a cava devia ter apresentou regularizou-se provisoriamente o terreno, terraplenando-o e alisando-o até àquele suposto nível da cava.

Ignora-se como seria a terminação ou vedação do fosso no seu topo ocidental, junto à torre sudoeste; actualmente está ele aberto para o caminho de circunvalação do castelo, agora construído, e ao mesmo nível que este.

Igualmente se desconhece como terminaria no seu outro extremo, voltado ao norte, junto à torre da cisterna. No seu topo acha-se aberta uma porta no muro da Praça Nova, chamada porta do Norte, que deita para a encosta do monte e cuja soleira ficou provisoriamente no mesmo nível que o arbitrado para o fundo do fosso. Assim a comunicação deste, e portanto do terrapleno da parada da Praça Nova, faz-se livremente com a estrada de circunvalação pela mencionada porta.

Tinha o castelo várias portas nas suas muralhas.

A que era considerada como principal fica contígua à torre Albarrã ou de Ulisses, a meio da frente sul.

Comunica com um pequeno pátio, actualmente descoberto, que forma como que uma antecâmara do recinto oriental do castelejo, para o qual se entra por uma porta ogival, com aspecto de ser da primitiva edificação.

No muro deste pátio, em frente da porta principal, rasgam-se dois nichos seteirados, que enfiam a porta e a ponte agora reconstituída, que lhes fica em frente.

Supomos que era esta a porta principal do castelo, mas, segundo as descobertas feitas no local, não devia ela comunicar directamente com o exterior, mas sim com o terreiro ou caminho de ronda da barbacã, entre os muros desta e os do castelejo.

Quando se saía por esta porta entrava-se naquele corredor, contornava-se a torre do Observatório, e passava-se para a Praça Nova por uma outra porta aberta a meio do lado oriental do muro da barbacã, porta de que havemos de ocupar-nos em breve.

Assim, primitivamente, devia apresentar-se em frente da porta principal do castelejo o muro da barbacã, sem porta para o exterior; provàvelmente mais tarde reconheceu-se, quando o castelo começou a perder o seu valor militar, que o caminho pelo corredor da barbacã era difícil e moroso, e pensou-se por isso em proporcionar-lhe um acesso mais cómodo. Para tal fim conjecturamos que teria sido aberta no muro da barbacã, mesmo em frente da entrada principal do castelejo, uma nova porta, que nenhuma torre defendia ou flanqueava; e no seu alinhamento com o portão do Norte ou do Espírito Santo teria sido construída sobre o fosso uma ponte em dois arcos de tijolo, que foi agora reconstruída sobre os restos dos encontros e do pilar intermédio, que estavam soterrados, como já dissemos.

Ao meio do muro oriental da barbacã que deita para a Praça Nova abria-se uma porta que um documento designava, segundo cremos, por *primeiras portas do castelo*. Está representada na planta da cidade de Lisboa levantada em 1650 por João Nunes Tinoco, prova de que ainda então existia.

No auto da aclamação do rei D. João II, em 1481, diz-se: *entrou... pella ponte dentro as primeiras portas do castello; e a porta principal estava fechada...* Admitindo que a *porta principal* era a actual, possivelmente as *primeiras portas* mencionadas no auto seriam estas da barbacã; e da redacção do auto se infere que na frente delas havia um fosso que se atravessava por uma ponte.

Nas escavações que se fizeram no local descobriu-se a parte inferior de uma das ombreiras da porta, e bem assim uma chumaceira de cantaria, e vestígios de outra, para um eixo de uma ponte levadiça.

Também se desaterrou uma fossa ou caixa de alvenaria, cuja missão não chegámos a compreender, situada por trás do vão desta porta, entre o muro da barbacã e o do castelejo, com o fundo ao nível do terreno que julgamos que seria o fosso, e comunicando livremente com este.

Uma tal descoberta veio mostrar que a cava não devia ter grande largura nesse sítio, para que pudesse ser galgada pela ponte levadiça, mas não se encontraram indícios que permitissem esclarecer este assunto.

Observaremos que é também possível que as referências do auto mencionado tenham aplicação à ponte em dois arcos da frente sul, que já então estivesse construída, e à porta rasgada no muro da barbacã, em frente da mesma ponte, que seria neste caso as *primeiras portas do castelo*. São hipóteses impossíveis hoje de confirmação.

Abriam-se na fortificação, para a encosta norte do monte do castelo, três portas.

Uma delas era chamada porta do Moniz, ou de Martim Moniz, nome de um fidalgo das hostes de D. Afonso Henriques, que a tradição diz ter morrido ali, na conquista de Lisboa, no ano de 1147. Pertencia a porta já às muralhas da Alcáçova ou cidadela e acha-se descrita nos livros que tratam do Castelo de S. Jorge. Foi últimamente restaurada, reconstruindo-se o través que, pela banda exterior, lhe defendia o acesso.

Também já fora do recinto dos muros do castelo, mas contígua à torre da cisterna, do canto nordeste do castelejo, abria-se na muralha da cidade, na Praça Nova, a porta que chamavam do Norte, com grande altura do vão, a que já nos referimos ao tratar da cava nesse sítio. Dá saída do fosso para a encosta norte do monte; mas como não se compreende, nem é racional numa obra de fortificação, uma comunicação do fosso com o terreno exterior por uma porta aberta nas muralhas, somos levados a presumir que a sua abertura deve remontar à época posterior à da primitiva construção do muro.

No dia 9 de Junho de 1940, em que se fez uma romagem do povo de Lisboa ao seu castelo, foi descerrada uma lápida, colocada por cima da porta, com a seguinte inscrição:

A HISTORIA DESTE CASTELO  
FOI RECORDADA  
COM GRATIDÃO  
PELOS PORTUGUESES  
DE  
1940

Finalmente, uma porta chamada da Traição, de pequenas dimensões e com padieira formada por lajes, abre-se nas muralhas do castelejo, no seu recinto ocidental, dando saída para

Era ela defendida, do lado exterior, por um muro de través, com um postigo orientado para o poente, que se vê na planta de Lisboa de 1650, tendo-se reconstruído tudo em conformidade com os vestígios encontrados na escavação do terreno.

Nesta ocasião também se restaurou a torre de S. Lourenço, na Costa do Castelo, que fazia parte da organização mourisca defensiva, demolindo-se o prédio que sobre o seu eirado havia sido construído, restabelecendo-se o último com as ameias. E bem assim também se restaurou o muro, encimado por uma escadaria com guardas, que estabelecia a ligação do eirado da torre com as muralhas do castelejo; tem cerca de 2<sup>m</sup>,70 de espessura.

É provável que a maioria dos nossos leitores já tenha visitado o Castelo de S. Jorge ou, pelas descrições publicadas, tenha conhecimento de como ele era em 1939, antes das obras de restauro.

Mas as disposições de pormenor que apresentava até esse ano foram depois tão consideravelmente remodeladas ou completadas, que actualmente, em 1940, lhe dão um aspecto bastante diferente.

Além das demolições dos edifícios dos quartéis e de outras construções no interior do castelejo, e do restauro deste, fizeram-se grandes desaterros, tanto nas paradas, especialmente nos sítios onde teria sido a cava, como pela banda exterior da fortificação, onde existiam numerosas barracas encostadas às muralhas ou dispersas pelas encostas, com o fim de se desafrontar a vista do castelo e de se abrir uma estrada de circunvalação e de acesso à fortaleza, a qual, começando no Largo Rodrigues de Freitas, contorna o cume do monte pelos lados oriental, norte e ocidental, e vai terminar na Praça de Armas.

Desta estrada goza-se a vista de variados panoramas da cidade, conquanto não sejam tão belos e extensos como os que se disfrutam dos adarves dos muros e dos eirados das torres do castelo.

Os nossos vindouros já verão o castelo restaurado, e pelas descrições de como ele era, e por esta rápida resenha dos trabalhos agora efectuados, poderão imaginar quão considerável esforço técnico e económico se despendeu com as referidas obras de restauração, e que importante serviço foi prestado à cidade de Lisboa, não só conservando um padrão de arte militar da época medieval, testemunha de factos memoráveis da nossa História, relacionados com os feitos guerreiros da fundação e independência de Portugal e com os movimentos revolucionários da emancipação do jugo de Castela, nas épocas de D. João I e D. João IV, mas recordando que foi o castelo o embrião do povoado que, com o volver dos séculos, se desenvolveu e alastrou até chegar a ser a extensa e bela cidade que é hoje a capital do Império Português.

AS TERMAS ROMANAS DA RUA  
DA PRATA EM LISBOA



## As Termas Romanas da Rua da Prata, em Lisboa (\*)

Não se conformando inteiramente com as razões por nós alegadas, o Sr. Matos Sequeira acompanhou a carta que se acaba de transcrever, com as seguintes considerações:

«Sentimos não poder dispor do espaço necessário para analisar e discutir as ponderadas considerações do ilustre olisipógrafo Sr. engenheiro Augusto Vieira da Silva, com a largueza que mereciam. A sua ilustrada e elegante contradita — que é das tais que, por todos os motivos, honra o contraditado — exigia uma desenvolvida referência apreciativa. Temos que nos cingir a pouco, e que S. Ex.<sup>a</sup> nos desculpe.

Em primeiro lugar e logo para matar um ponto discutido; as conservas da Rua da Prata não são realmente fundações do quarteirão pombalino. O que me levou a esse convencimento foi a observação, feita na ocasião do exame efectuado (e que ali nos foi comunicada), de que a orientação das paredes e arcos das galerias coincidia com a das paredes mestras e divisórias dos prédios que lhes ficavam superiores. Verificou-se, depois, pela cuidada sobreposição das plantas, que as galerias das conservas estão orientadas poente-nascente, cruzando-se em

(\*) Conclusão do artigo publicado a pág. 309 e que por lapso não foi incluído na devida altura.

diagonal com as fundações do quarteirão. Essa verificação deitou por terra a nossa hipótese. A planta das conservas, agora levantada com exactidão, e posta sob o traçado pombalino na mesma escala, não deixa a menor dúvida.

Porém, quanto à obra construtiva das conservas é que permanece o nosso ponto de vista. O que lá está, o que eu vi, é pombalino, ou, pelo menos, do século XVIII, sem sombra de contestação. O aparelho, o material, o aspecto global, enfim, não dão outra conclusão senão essa. Se houve, como é possível, aproveitamento de obra anterior, os vestígios não aparecem. As observações feitas por Martins de Andrade em 1859 acusam a existência de vestígios romanos, no parecer do estudioso conservador, mas julgamos o assunto insuficientemente provado.

O exame da partes das conservas para o nascente do cano geral da Rua da Prata não foi feito por falta de acesso. Logo que se encontre a laje que dá serventia à escada que está marcada na planta levantada em 1856 por Francisco de Almeida e Silva, poder-se-ão visitar essas galerias que ficaram isoladas, e então, talvez, se chegue a uma conclusão mais precisa.

Nesse ano ainda todas as galerias podiam ser visitadas, o que nos leva a crer que o cano se construiu posteriormente. Seria antes de 59? Se assim foi, Martins de Andrade teria examinado os tramos do nascente, e talvez fosse aí que se lhe tivessem deparado restos da construção romana.

Foi em 1868 que a Câmara Municipal, em virtude de queixa apresentada pelo seu médico, Dr. Augusto João de Mesquita, mandou proceder a reparos nas conservas da *Água Santa* da Rua Bela da Rainha. A entrada era então pelo poço da escada n.º 59. Havia umas infiltrações do cano de esgoto de um prédio da Rua de S. Julião, e era preciso não deixar inquinar a preciosa água. A obra fez-se em Fevereiro e Março desse ano. Cimentou-se o lajedo do pavimento e fizeram-se as paredes de cimento que lá estão a cortar três das galerias. Foi então que se construiu a escada que dá para a Rua da Conceição e a que o assenta-

Os muncípes nunca lhes chamaram *Termas*, mas sim conservas. Foi Frei José do Sacramento que trouxe à balha essa designação no terceiro quartel do século XVIII, mas esqueceu logo. As sucessivas descobertas das conservas provam quanto o esquecimento vem depressa.

Quanto à lápida, não cremos que seja apócrifa, nunca o dissemos. O que está é deslocada do seu lugar, que não sabemos qual fosse. Por fantasia, puseram-na na escada n.º 85 da Rua dos Retroseiros, tanto por fantasia que o poço dessa escada já está fora do âmbito da suposta obra dedicada a Esculápio.

Enquanto documento concludente não aparecer, não acreditamos nas termas erguidas pelos augustais à babugem da água.

O assunto é vasto, até sob o ponto de vista da situação do edificio. Ficará para outro local e outra oportunidade a sua discussão interessante. Basta a contradita do nosso ilustre confrade e amigo para lhe dar interesse e para o valorizar».

M. S.



Entendendo, porém, nós que o prosseguimento da controvérsia excedia o âmbito permitido às discussões jornalísticas, e que o assunto devia ser tratado fora do campo das paixões do grande público, e passar para o domínio recatado da técnica, apresentamos mais os argumentos seguintes, que julgamos concludentes para justificar a origem romana da construção:

Várias objecções poderiam estar na mente do nosso ilustre contraditor, para comprovarem a sua recusa de romana à construção das conservas de água.

*Situação.* — Os estabelecimentos balneários construíam-se então, como hoje, e como sempre, onde brotam as nascentes. Já anterior à conquista cristã, em 1147, há notícia de termas em Lisboa; a referência é naturalmente aos banhos antecessores das actuais *alcaçarias* no Terreiro do Trigo, e dos quais provém a denominação *Alfama* para o bairro onde ficavam situados. Estas nascentes acham-se sensivelmente ao nível das águas do Tejo. 397

Qual a origem destes banhos termais das alcaçarias? Seriam primitivamente romanos, e mais tarde aproveitados ou reconstruídos pelos mouros quando se assenhorearam da cidade? É o mais natural, porque os romanos, tão amigos de banhos como eram, não deviam deixar perder para o rio umas águas que se lhes ofereciam com a maior facilidade para o seu aproveitamento. Não há, porém, documento que permita esclarecer este assunto; mas, que fossem de origem romana, quer moura, a sua instalação era quase ao nível das águas do mar.

O conhecimento do subsolo da Baixa, mostra que o lençol de águas, que fica a três ou quatro metros abaixo do nível das ruas, é de origem relativamente recente; resultou da sedimentação, enchimento com entulhos, etc., feito durante os séculos que medearam desde a dominação romana até à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1147.

No tempo dos romanos existia ainda parte do esteiro da Baixa, com sua praia, como se reconheceu pela descoberta, feita em 1922, de um cano de drenagem assente sobre a areia. Mais para os lados da sua foz, no sítio das conservas de água da Rua da Prata, o terreno é de rocha a pequena profundidade, e parece que formava aí um esporão vindo dos lados da Madalena, que estrangulava a entrada do esteiro; é nesse esporão rochoso que estava fundado o edifício termal; as águas que abasteciam este não podiam, portanto, ser as do actual lençol subterrâneo, que ainda não estava formado, mas sim águas próprias provenientes doutra origem, porventura dos flancos dos montes do Castelo ou da Graça.

Mas este estabelecimento, com relação ao nível do mar, estava exactamente nas mesmas condições em que se achavam (e se acham ainda) as termas das Alcaçarias, isto é, o estabelecimento seria fundado numa cota sensivelmente igual à do nível do rio, porque aí é que brotavam as águas que se pretendia aproveitar, como era natural, económico e de fácil realização.

*Qualidade da pedra.* — Não tendo podido ver a qualidade da pedra que forra as paredes e os arcos das galerias, fomos,

todavia, informados de que ela é calcária. Esta espécie de material foi muito usada pelos romanos nas suas construções em Lisboa. É natural que eles explorassem as pedreiras de Lisboa e seus arredores, para obterem as pedras de cantaria, como ainda actualmente se pratica, e cujos tipos são o lioz branco de Montelavar, o bastardo azulado de Vila Verde, e o amarelado chamado de Paço de Arcos, que se extrai das pedreiras de S. Domingos de Rana, e suas vizinhanças. É provável que também explorassem pedreiras de calcário nalguns pontos do próprio solo de Lisboa, e nas vizinhanças do Convento dos Jerónimos. Todos os cipos e monumentos de origem romana que se guardam no Museu Dr. Leite de Vasconcelos, em Belém, o grande pedestal de estátua votiva que está no pátio do Museu do Carmo, para onde foi levado conjuntamente com fragmentos de colunas e capitéis romanos, de umas escavações a que se procedeu em 1922 na Rua Afonso de Albuquerque, são de mármore, com paramentos brunidos.

Os romanos usaram portanto como cantaria, nas suas construções em Lisboa, o material que exploravam no local ou nas suas vizinhanças, como se fazia no tempo do Marquês de Pombal, e como se faz ainda hoje, e como é natural e intuitivo.

*Aparelho da cantaria.*— Como também não vimos o aparelho da pedra de cantaria, temos que curar pelas informações que nos deram, e pelas fotografias que examinámos, tiradas na ocasião, e que nos foram facultadas pelo Sr. Engenheiro-Major Vilar, Comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros.

O aparelho da cantaria, em certas zonas mais ou menos extensas, e especialmente nalguns encontros dos arcos que contrafortam as câmaras ou galerias, é o chamado *almofadado rústico*, nalguns sítios tão tosco, que apenas apresenta de regular a faixa de aresta que define as juntas e os leitos das pedras.

Esta espécie de aparelho era muitíssimo usada pelos romanos. Na monumental obra de Giambatista Piranesi, architecto 399

veneziano, sobre antiguidades romanas, podem ver-se inúmeros exemplos de almofadados rústicos em muros e arcos, perfeitamente idênticos aos das pedras das nossas conservas de água. (Vol. I, estampa IX, fig. I. — Vol. IV, Castelo de Sant'Ângelo, Ponte Fabício. — Vol. III, estampas IV e LIII. — Vol. X, Aqueduto de Márcia. — Vol. XI, estampas XII, XXVI — Descarregador do lago Albano, estampas III, V, VII, etc). No nosso país existe um monumento romano com este aparelho da pedra: é o Arco de Aramenha (V. *Religiões da Lusitania*, pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos, vol. III, pág. 179).

Verificando-se portanto que tanto a qualidade da pedra, como o seu aparelho, eram de uso corrente entre os romanos, mesmo na península, não há por isso razão para lhes negar a paternidade dos que existem nas conservas de água da Rua da Prata.

Vemos, pelo contrário, que na época da reconstrução da Cidade não era correntemente usado pelos nossos architectos, que certamente o não desconheciam, o aparelho almofadado das pedras de cantaria. Não o vemos empregado nas construções ordinárias dos prédios da Baixa, nem nas monumentais obras da Praça do Comércio e do Aqueduto das Águas Livres, notando-se apenas excepcionalmente no Arco do Bandeira.

Tendo os architectos tanta ocasião para darem um tom de luxo às construções que então se faziam tão profusamente na área da Cidade arruinada pelo terramoto, não é racional que fossem reservar esse aparelho da pedra para pequenos troços das galerias subterrâneas, que ninguém via, nem podia apreciar.

Duas inscrições romanas dedicadas a Esculápio foram encontradas nas proximidades das termas romanas conhecidas de Lisboa. Diz o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos que era natural que Esculápio, como divindade da saúde, tivesse santuários nos estabelecimentos termas, como sucedia também nas termas de Diocleciano e nas Aquæ Persianæ, na África Romana (*Religiões*

A renovação do exame dos materiais constituintes das abóbadas (que já foi feito em 1859, quando se construiu o colector de esgotos da Rua dos Retroseiros), poderia dar o último golpe nesta questão. Porém os argumentos com respeito à situação das termas, o conhecimento da qualidade e aparelho das pedras de cantaria, a documentação sobre o emprego de grandes tijolos de alvenaria nalguns sítios das abóbadas, e sobre o revestimento de betão ou mosaicos grosseiros encontrados em vários pontos, e os vestígios das próprias tinas para banhos (estudados por Martins de Andrade em 1859, e situados ao poente, e não ao nascente do colector da Rua da Prata), não nos permitem engeitar a origem romana do estabelecimento de que se trata, a não ser que se considerem sem valor todos os estudos, argumentos e documentação que temos apresentado, ou que factos concludentes ou documentos decisivos venham mostrar o contrário.





# ÍNDICES



## ÍNDICE DO TEXTO

	Pág.
«A torre de Salvação» e as flores das varandas .....	5
A população de Lisboa .....	11
Lisboa antes de D. Afonso Henriques .....	85
Um tubo de drenagem romano encontrado numa escavação em Lisboa .....	97
O Castelo de S. Jorge (I) .....	105
O Castelo de S. Jorge (II) .....	111
As mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa .....	117
Torre de Belém .....	129
Gonzaga Pereira e a sua obra .....	137
A velha Lisboa .....	151
Vistas panorâmicas de Lisboa .....	165
Uma vista panorâmica de Lisboa dos fins do século XVIII ....	171
Embarque de S. Francisco Xavier para a Índia .....	189
Um problema arqueológico .....	203
Sobre o autor de o original manuscrito das «Memórias curiosas» de Frei António do Sacramento .....	209
A Lenda de Vila Nova de Gibraltar .....	215
Marcas comerciais e industriais contendo assuntos lisboetas ....	221
Sobre uma gravura quinhentista de Lisboa .....	237
Panorama de Lisboa em azulejos existente no Museu Nacional de Arte Antiga .....	241
Sobre Luís de Camões .....	267
Medalha de ouro de mérito municipal .....	279
Ermida de Santo Amaro de Lisboa .....	285

	Pág.
A Feira da Ladra .....	293
As Termas Romanas da Rua da Prata, em Lisboa .....	307
Ainda os casebres do Loreto .....	317
Testemunhas presenciais da Conquista de Lisboa aos Mouros	323
Cousas passadas .....	335
A Cerca Moura de Lisboa e o Esteiro da Baixa .....	343
Um clássico da História de Lisboa .....	347
Algumas descobertas no Castelo de S. Jorge .....	359
Mais descobertas no Castelo de S. Jorge .....	369
O Castelo de Lisboa (Trabalhos de restauração realizados em 1939-40) .....	375
As Termas Romanas da Rua da Prata (Conclusão) .....	393

## ÍNDICE DAS ESTAMPAS

	Pág.
Uma parte da planta da Lisboa actual .....	100
Vista perspectiva de uma tijoleira .....	101
Vistas de uma tijoleira em planta e pelos topos .....	101
Vista perspectiva do tubo de drenagem .....	102
Panorama geral de Lisboa, durante o cerco de Afonso Henriques, na iluminura da <i>Crónica</i> de Duarte Galvão, pintada por António de Holanda .....	122-A
O ataque a Lisboa por Afonso Henriques, na iluminura que António de Holanda fez para a <i>Genealogia dos Reis de Portugal</i> .....	122-A
Uma vista panorâmica de Lisboa dos fins do século XVIII ....	180-A
Embarque de S. Francisco Xavier para a Índia .....	196-A
Panorama de Lisboa em azulejos existente no Museu Nacional de Arte Antiga:	
Painel I .....	246-A
Painel II .....	248-A
Painel III .....	250-A
Painel IV .....	252-A
Painel V .....	254-A
Painel VI .....	256-A
Painel VII .....	258-A
Painel VIII .....	260-A
Painel IX .....	262-A
Painel X .....	264-A

	Pág.
Planta do extinto Mosteiro de Sant'Ana .....	270
Planta do actual Instituto Bacteriológico Câmara Pestana ...	271
Casa de Camões em 1580 .....	275
Suposta casa de Camões em 1880, onde foi colocada, a lápida em 1869 .....	276
Vista da Ermida de Santo Amaro .....	288-A
Termas Romanas dedicadas a Esculápio nas Ruas da Prata e dos Retroseiros, em Lisboa — Planta e cortes .....	312-A
Termas Romanas dedicadas a Esculápio nas Ruas da Prata e dos Retroseiros, em Lisboa — Cortes verticais .....	312-B
2 cipos .....	362
Vista do local da entrada da barbacã do Castelo .....	366-A
Planta do suposto local da ponte .....	367
Lápidas encontradas durante o primeiro trimestre de 1940 ....	372

Esta edição foi impressa  
na Sociedade Tipográfica, Lda., Lisboa.  
A tiragem é de 5000 exemplares.  
Outubro de 1985  
Depósito Legal n.º 9261/85





municipio  
de cisdo